

ANÁLISES COMPARATIVAS DE IMPACTOS FINANCEIROS E REMUNERATÓRIOS ELABORADAS PELO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO ANDES-SN.

Brasília, 27 de outubro de 2005

I. Paridade

A paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas está estabelecida hoje para os professores da carreira de 1º e 2º graus que tiveram, em 2004, a substituição da Gratificação de Incentivo a Docência, GID, por gratificação fixa, a GEAD. Os professores da carreira do 3º grau, apesar de faltarem apenas 75 milhões para que o mesmo fosse feito em relação à Gratificação de Estímulo à Docência, GED, ficaram sem a conquista da paridade. Os docentes em atividade percebem a GED integral (140 pontos), enquanto a maioria dos aposentados a recebe parcialmente (91 pontos, equivalente a 65%).

O Ministério da Educação assumiu, no final de julho de 2004, a disposição em definir a paridade no médio prazo, tendo criado grupo de trabalho com este objetivo, em dezembro de 2004, cujos trabalhos se encerraram em setembro de 2005. Os impactos para a integralização da GED para todos os aposentados são os seguintes:

Impacto anual (milhões de reais)							Reajustes médios	
carreira	vínculo	Bruto	PSS	IR	Líquido	governo ¹	Bruto	Líquido
Magistério do ensino superior	ativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%
	apos & pens	140,3	14,0	34,0	92,3	155,7	8,48%	6,65%
	subtotal	140,3	14,0	34,0	92,3	155,7	3,40%	2,83%

O estabelecimento da paridade resulta em percentuais de reajustes conforme explicitado nas tabelas abaixo.

		reajustes em relação às remunerações atuais					
		20		40		De	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	Max
Magistério do ensino superior	ativos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	apos & pens	9,42%	15,85%	9,77%	19,12%	9,60%	19,18%

		reajustes em relação às remunerações de dezembro de 2002					
		20		40		De	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	Max
Magistério do ensino superior	ativos	18,94%	80,57%	18,93%	45,41%	15,96%	41,23%
	apos & pens	31,11%	93,73%	28,36%	59,14%	26,48%	55,18%

O restabelecimento do princípio da paridade representa o resgate das injustiças instauradas com a implementação da GED em 1998 no governo FHC.

¹ (*) o governo ignora o impacto sobre a receita (PSS e IR) e cobra uma despesa inexistente de 22% sobre o impacto bruto relativo aos ativos e 11% sobre o impacto bruto relativo aos aposentados e pensionistas. O resultado final praticamente DOBRA o valor total do impacto!

II. Paridade e isonomia com a equiparação dos valores da GED e da GEAD, criando uma única gratificação fixa.

A equiparação da GED e da GEAD pelos valores máximos por titulação, afim de restabelecer a isonomia existente até abril de 2004 gera os impactos abaixo.

Impacto anual (milhões de reais)							Reajustes médios	
Carreira	vínculo	Bruto	PSS	IR	Líquido	governo (*)	Bruto	Líquido
Magistério do ensino superior	ativos	0,8	0,1	0,0	0,7	1,0	0,03%	0,04%
	apos & pens	162,3	15,9	38,8	107,6	180,2	9,82%	7,75%
	subtotal	163,2	16,0	38,9	108,3	181,2	3,96%	3,32%
Magistério do 1º e 2º	ativos	24,5	2,7	4,9	17,0	29,9	4,78%	4,07%
	apos & pens	10,4	1,1	2,2	7,1	11,5	3,31%	2,49%
	subtotal	34,9	3,8	7,1	24,0	41,4	4,21%	3,42%
total	ativos	25,4	2,8	4,9	17,7	30,9	0,82%	0,75%
	apos & pens	172,7	17,0	41,0	114,7	191,7	8,78%	6,86%
	total	198,1	19,8	45,9	132,3	222,6	4,00%	3,34%

O estabelecimento da paridade e da isonomia resulta em percentuais de reajustes conforme explicitado nas tabelas abaixo.

		reajustes em relação às remunerações atuais					
		20		40		de	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	max
Magistério do ensino superior	ativos	0,00%	10,25%	0,00%	10,75%	0,00%	14,13%
	apos & pens	10,20%	23,90%	9,79%	31,93%	9,60%	34,86%
Magistério do 1º e 2º	ativos	0,00%	4,85%	0,00%	10,72%	3,06%	11,28%
	apos & pens	0,00%	4,85%	0,00%	10,72%	3,06%	11,28%

		reajustes em relação às remunerações de 2002					
		20		40		de	
Carreira	vínculo	min	max	min	max	min	max
Magistério do ensino superior	ativos	18,94%	93,04%	18,93%	53,82%	15,96%	56,70%
	apos & pens	31,16%	110,63%	28,36%	74,20%	26,48%	76,14%
Magistério de 1º e 2º	ativos	19,66%	77,65%	18,45%	80,13%	16,86%	48,23%
	apos & pens	31,97%	93,47%	29,95%	107,09%	27,65%	72,42%

Ao restabelecer a paridade e a isonomia estaremos resgatando também princípios que foram quebrados em 2004.

III. Recuperação do valor salarial diante da inflação

Um dos principais problemas existentes na remuneração dos professores das IFES, como também da maioria dos servidores públicos, é o elevado peso de gratificações, enquanto o vencimento básico (que é efetivamente o salário) mantém-se excessivamente baixo e, em alguns casos, estão abaixo do Salário Mínimo. O menor vencimento básico hoje é o do Professor Auxiliar I, graduado: R\$ 147,40. Um professor com mestrado, também em regime de 20 horas, é contratado com o vencimento básico de R\$ 225,54 e recebe complementação para atingir o salário mínimo. As remunerações totais nos exemplos acima são respectivamente R\$ 1.131,07 e R\$ 1.248,67. O peso excessivo das gratificações e a intensa desvalorização do vencimento básico é resultado de medidas de reajustes salariais por meio da criação de gratificações e também por diversos aumentos promovidos nestas. O Comando Nacional de Greve do ANDES-

SN considera que reajustes salariais não devem se dar por meio de incremento em gratificações, as quais devem sofrer alterações apenas para reduzir distorções, como indicado no item anterior, na perspectiva de suas incorporações, lembrando que quanto mais elevados forem os valores das gratificações, maiores serão os impactos financeiros de suas incorporações.

O MEC apresentou a proposta de aumento de 50% nos incentivos à titulação com a argumentação de valorização dos profissionais mais qualificados, de estímulo à qualificação e criação de um ambiente de trabalho atrativo em relação a outros. Com tal medida, apenas os portadores de título de doutor ficaram com reajustes acima da inflação de 2003 a 2006. Para remediar a situação criada, o MEC propôs aumentar os valores dos pontos da GED em percentuais diferenciados para todas as titulações abaixo de doutorado. Tal composição resulta em ampliação de distorções e deve, portanto, ser evitada.

A remuneração dos professores atualmente, levando em conta o vencimento básico, a GED e a remuneração total, já valoriza fortemente a titulação. Tomando-se o exemplo do Professor Adjunto I em regime de DE, tem-se as seguintes proporções de titulação em relação ao vencimento básico, à GED e à remuneração total do professor graduado:

	Vencimento Básico	GED	Remuneração Total
Aperfeiçoamento	5,0%	10,44%	6,60%
Especialização	12,5%	10,44%	11,24%
Mestrado	25,00%	73,90%	39,90%
Doutorado	50,00%	173,25%	87,85%

A situação acima exposta mantém correlação similar para os professores das demais classes e regimes de trabalho.

Ao propor o aumento de 50% nos incentivos de titulação no vencimento básico e os aumentos nos pontos da GED em 20% para graduação, 12% para aperfeiçoamento, 16% para especialização e 5% para mestrado, as proporções acima passam a ser as seguintes.

	Vencimento Básico	GED	Remuneração Total	Diferença
Aperfeiçoamento	7,5%	3,08%	5,48%	- 1,12%
Especialização	18,75%	6,8%	11,41%	0,17%
Mestrado	37,50%	52,16%	41,95%	2,05%
Doutorado	75,00%	127,71%	100,03%	12,18%

Assim verifica-se que, para o caso do professor Adjunto I em regime de DE, que o aumento de 50% nos incentivos de titulação combinado com os aumentos propostos na GED significa: -1,12% para especialização; 0,17% para Especialização; 2,05% para mestrado e 12,18% para doutorado. Portanto, o aumento de 2,5% para incentivo ao Aperfeiçoamento, significa um prejuízo de incentivo a esta titulação de 1,12% em relação ao mesmo incentivo na situação atual; o aumento de 6,25% para incentivo à Especialização significa um aumento de apenas 0,17% em relação ao mesmo incentivo na situação atual; o aumento de 12,5% para incentivo ao Mestrado, significa um aumento de apenas 2,05% em relação ao mesmo incentivo na situação atual enquanto que, para doutorado, o aumento de 25% significa um aumento de 12,18% em relação ao mesmo incentivo na situação atual.

O impacto da proposta de aumento dos incentivos de titulação em 50%, conforme proposto pelo MEC para os docentes do magistério do ensino superior, é o seguinte.

carreira	vínculo	Impacto anual (milhões de reais)					Reajustes médios	
		Bruto	PSS	IR	Líquido	governo (*)	Bruto	Líquido
Magistério do ensino superior	ativos	194,4	21,4	50,9	122,1	237,2	7,58%	6,28%
	apos & pens	103,5	10,8	26,8	65,9	114,9	6,26%	4,74%
	subtotal	297,9	32,2	77,8	187,9	352,1	7,05%	5,62%

Impacto anual (milhões de reais)							Reajustes médios	
carreira	vínculo	Bruto	PSS	IR	Líquido	governo (*)	Bruto	Líquido
Magistério do ensino superior	ativos	251,2	27,6	63,9	159,7	306,4	9,79%	8,21%
	apos & pens	182,7	18,4	44,6	119,7	202,8	11,05%	8,62%
	subtotal	433,8	46,0	108,5	279,3	509,2	10,30%	8,38%

Para o aumento dos incentivos de titulação em 50% e o aumento dos pontos da GED em 20% para graduação, 12% para aperfeiçoamento, 16% para especialização e 5% para mestrado, o impacto é o seguinte:

Impacto anual (milhões de reais)							Reajustes médios	
carreira	vínculo	Bruto	PSS	IR	Líquido	governo (*)	Bruto	Líquido
Magistério do ensino superior	ativos	216,2	23,8	55,1	137,3	263,8	8,43%	7,06%
	apos & pens	124,6	12,6	31,0	80,9	138,3	7,53%	5,83%
	subtotal	340,8	36,4	86,1	218,2	402,0	8,07%	6,53%

		reajustes em relação às remunerações atuais					
		20		40		de	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	max
Magistério do ensino superior	ativos	0,00%	10,35%	4,89%	9,79%	4,86%	9,54%
	apos & pens	0,00%	11,75%	3,63%	11,34%	3,60%	11,16%

		reajustes em relação às remunerações de 2002					
		20		40		de	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	max
Magistério do ensino superior	ativos	28,53%	89,86%	28,43%	57,14%	25,55%	52,74%
	apos & pens	25,83%	82,76%	22,77%	45,53%	21,10%	44,31%

O mesmo impacto é gerado por um reajuste médio no vencimento básico de 14,22%

Impacto anual (milhões de reais)							Reajustes médios	
carreira	vínculo	Bruto	PSS	IR	Líquido	governo (*)	Bruto	Líquido
Magistério do ensino superior	ativos	198,4	21,8	50,3	126,2	242,0	7,73%	6,49%
	apos & pens	144,2	14,5	35,2	94,6	160,1	8,72%	6,81%
	subtotal	342,6	36,3	85,5	220,8	402,1	8,13%	6,63%

		reajustes em relação às remunerações atuais					
		20		40		de	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	max
mag superior	ativos	0,00%	10,05%	6,79%	10,25%	7,51%	10,44%

		reajustes em relação às remunerações de 2002					
		20		40		de	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	max
Magistério do ensino superior	ativos	29,96%	80,57%	29,34%	55,28%	26,95%	52,56%
	apos & pens	29,09%	76,27%	28,22%	47,49%	25,75%	44,64%

A reivindicação dos professores é de um reajuste médio de 18% no vencimento básico, o que resulta nos seguintes impactos:

Impacto anual (milhões de reais)							Reajustes médios	
carreira	vínculo	Bruto	PSS	IR	Líquido	governo (*)	Bruto	Líquido
Magistério do ensino superior	ativos	251,2	27,6	63,9	159,7	306,4	9,79%	8,21%
	apos & pens	182,7	18,4	44,6	119,7	202,8	11,05%	8,62%
	subtotal	433,8	46,0	108,5	279,3	509,2	10,30%	8,38%

		reajustes em relação às remunerações atuais					
		20		40		de	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	max
Magistério do ensino superior	ativos	0,00%	12,72%	8,85%	12,98%	9,51%	13,21%
	apos & pens	0,00%	13,92%	10,30%	14,25%	11,33%	14,48%

		reajustes em relação às remunerações de 2002					
		20		40		de	
carreira	vínculo	min	max	min	max	min	max
Magistério do ensino superior	ativos	32,88%	80,57%	32,10%	58,28%	29,87%	55,57%
	apos & pens	32,32%	76,27%	31,32%	50,77%	28,97%	47,92%

FONTE: Comunicado nº28 do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, em 28/10/05.